

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 11 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 14 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 15 |
| 2.5 Medições não contábeis | 18 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 22 |
| 2.7 Destinação de resultados | 23 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 25 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 26 |
| 2.10 Planos de negócios | 27 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 30 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 31 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 47 |
| 5.3 Programa de integridade | 50 |
| 5.4 Alterações significativas | 56 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 57 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto (i) com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela CVM.

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas da Seção 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações apresentadas nesta Seção 2 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As tabelas abaixo apresentam a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, considerando suas demonstrações financeiras:

| R\$ milhares | 2022 | AH 2022/2021 | 2021 | AH 2021/2020 | 2020 |
|------------------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|---------|
| EBITDA | 394.577 | 91,5% | 206.081 | 92,4% | 107.123 |
| Margem EBITDA | 19,3% | 3,0 p.p | 16,30% | -1,2 p.p | 17,5% |
| EBITDA Aj. | 463.651 | 49,6% | 309.897 | 140,8% | 128.673 |
| Margem EBITDA Aj. | 22,7% | -1,9 p.p | 24,60% | 3,6 p.p | 21,00% |
| Lucro Líquido | -94.469 | 71,9% | -54.955 | -413,3% | 17.540 |
| Margem Líquida | -4,6% | -0,3 p.p | -4,4% | -7,3 p.p | 2,9% |
| Empréstimos bancários e debêntures | 2.031.040 | 52,3% | 1.333.531 | 209,0% | 431.620 |
| Caixa | 779.534 | 96,4% | 396.969 | 119,6% | 180.773 |
| Dívida líquida | 1.251.506 | 33,6% | 936.562 | 273,36% | 250.847 |

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM 156/22.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/22.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) estrutura de capital

Acreditamos que a Companhia apresentou, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente com suas atividades e planos de negócio.

As atividades desenvolvidas pela Companhia são caracterizadas pelo uso intensivo de capital, sendo natural, de acordo com os diretores da Companhia, que a Companhia, com o fim de otimizar sua estrutura de capital, financie suas necessidades de capital principalmente a partir de empréstimos e financiamentos contraídos junto aos mercados financeiro e de capitais, seja para consolidar e expandir seus negócios, seja para manter seus níveis de liquidez.

A Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das Operações. Adicionalmente, a estrutura de capital hoje permite que a Companhia cumpra todas as suas obrigações financeiras, incluindo o cumprimento dos *covenants* estabelecidos nos contratos de dívida.

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020:

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------------|------------|------------|
| Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante) | 3.500.400 | 2.616.719 | 917.041 |
| Capital Próprio (Patrimônio Líquido) | 1.223.692 | 1.325.117 | 184.408 |
| Capital Total (Terceiros + Próprio) | 4.724.092 | 3.941.836 | 1.101.449 |
| Capital de Terceiros/Capital Total | 74,1% | 66,4% | 83,3% |
| Capital Próprio/Capital Total | 25,9% | 33,6% | 16,7% |

Capital Próprio

O patrimônio líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 totalizou, respectivamente, o valor de R\$1,223,692 milhões, R\$1,325,117 milhões e R\$184,408 milhões. A redução do patrimônio líquido ao final do exercício de 2022 comparado ao de 2021 é resultado, principalmente, do prejuízo acumulado do exercício. O crescimento do patrimônio líquido ao final do exercício de 2021 comparado ao de 2020 é resultado, principalmente, dos aportes de capital realizados no período, especialmente, mediante a oferta pública inicial de ações da Kora Saúde, em agosto de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital de Terceiros

O capital de terceiros na ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 totalizou, respectivamente, o valor de R\$3,500,399 milhões, R\$2,616,719 milhões e R\$917,041 milhões. O aumento de terceiros reflete majoritariamente as captações de instrumentos financeiros realizados nos últimos 3 anos, especialmente em 2022, mediante a primeira emissão de Debêntures da Kora Saúde, em maio de 2022.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Companhia acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos e (iii) aportes de capital realizados. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) investimentos e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1, (f), i, deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os Diretores reportaram que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$2,031,040 milhões, comparativamente a R\$1,333,531 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$697,509 ou 52,3%, predominantemente em Real e indexado ao CDI.

A dívida líquida da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou uma dívida líquida de R\$1,251,506 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$936,562 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$314,944 ou 33,6%.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir.

| Operação/Instrumento | Garantias | Vencimento | Indexador | Spread | 31 de dezembro de 2022 |
|--|--|------------|-----------|--------|------------------------|
| Debênture 1ª emissão Kora Saúde - 1ª série | Garantia fidejussória na forma de fiança | 03/05/2027 | 100% CDI | 1,95% | 450.406 |
| Debênture 1ª emissão Kora Saúde - 2ª série | Garantia fidejussória na forma de fiança | 03/05/2029 | 100% CDI | 2,20% | 266.253 |
| Debênture 2ª emissão Hospital Anchieta - Série única | Aval | 15/09/2027 | 100% CDI | 2,10% | 740.337 |
| Debênture 1ª emissão - Hospital Meridional - Série única | n/a | 14/11/2025 | 100% CDI | 2,55% | 58.300 |
| CCB's Itaú | Aval | 11/11/2025 | 100% CDI | 3,07% | 124.369 |
| CCB's Santander | Aval | 26/04/2027 | 100% CDI | 2,56% | 134.162 |
| CCB's BB | Aval | 20/09/2027 | 100% CDI | 2,35% | 120.179 |
| CCB's BBM | Aval | 14/10/2026 | 100% CDI | 3,24% | 112.429 |
| BNDES | n/a | 15/05/2025 | IPCA + | 4,67% | 10.674 |
| Outros | Aval | 30/04/2029 | 100% CDI | 0,78% | 13.931 |
| Total | | | | | 2.031.040 |

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Além dos nomes citados acima, a Companhia possui acesso a assets independentes, bancos de médio porte e outras fontes de financiamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia eram compostos por dívidas com garantia fidejussória na forma de fiança e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação.

Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei 11.101; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei 11.101; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros. Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. A Companhia também é parte em contratos financeiros em que constam disposições sobre *cross-default*, qual seja a antecipação do prazo de vencimento de dívida contraída pela Companhia, em razão de outra inadimplência. Na data deste formulário de referência, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas e restrições contratuais.

As principais restrições estão abaixo resumidas:

Em maio de 2022, a Companhia efetuou a 1º Emissão de debêntures simples da Kora Saúde, não conversíveis em ações, em duas séries, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), por meio da coordenação do Banco BTG Pactual, Banco Bradesco e UBB BB para liquidação no prazo de até 7 anos, com carência de 4 anos.

Em setembro de 2022, a Companhia efetuou a 2º Emissão de debêntures simples do Hospital Anchieta, não conversíveis em ações, em série única, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$715.000.000,00 (setecentos e quinze milhões de reais), por meio da coordenação do Banco XP, Banco BTG Pactual, Banco do Brasil, Banco Itaú e Banco Santander para liquidação no prazo de 5 anos, com carência de 4 anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ambas as emissões contam com *covenants* financeiros a serem apurados anualmente, que são assim identificados: Dívida Financeira Líquida¹, dividido pelo EBITDA² menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros) nos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024; e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir do exercício social de 2025 até a Data de Vencimento das Debêntures.

¹ "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, o somatório, sem duplicação, da (a) soma de empréstimos, mútuos com partes relacionadas, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, incluindo contas a pagar por aquisições em que o vendedor financia parte da venda (seller financing) e saldo líquido de operações de derivativos; (b) subtração de caixa e equivalentes.

² "EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas pro forma da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, excluindo: (a) despesas e receitas financeiras, (b) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário e com aquisições de empresas, (c) resultado não operacional, (d) tributos, (e) amortizações, depreciações e exaustões, (f) perdas/lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou dividendos recebidos), (g) *impairment*, e (h) despesas com *stock option*, participação de administradores ou qualquer outra despesa relativa à remuneração com as ações da Emissora, conforme informada nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. Para que não restem dúvidas, em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será pro forma considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| Demonstrações do Resultado | 31.12.2022 | 31.12.2021 | AV% 2022 | AV% 2021 | AH% 2022x2021 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|------------------|
| Receita líquida de serviços | 2.046.729 | 1.261.856 | 100% | 100% | 62,2% |
| Custo dos serv. prestados | -1.558.783 | -939.156 | -76,2% | -74,4% | 66,0% |
| Lucro bruto | 487.946 | 322.700 | 23,8% | 25,6% | 51,2% |
| Despesas gerais e administrativas | -224.672 | -175.478 | -11,0% | -13,9% | 28,0% |
| Outras despesas/receitas líquidas | 4.617 | -15.249 | 0,2% | -1,2% | n.a. |
| Resultado financeiro | -360.227 | -129.978 | -17,6% | -10,3% | 177,1% |
| Equivalência Patrimonial | 2.617 | 839 | 0,1% | 0,1% | 211,9% |
| Lucro antes do IR | -89.719 | 2.834 | -4,4% | 0,2% | n.a. |
| IR e contribuição social | -4.749 | -57.789 | -0,2% | -4,6% | -91,8% |
| Lucro (prejuízo) líquido | -94.468 | -54.955 | -4,6% | -4,4% | 71,9% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita líquida

A receita líquida de contratos com clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2,046,729 milhões comparativamente a R\$1,261,856 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$784,873 milhões ou 62,2%. O crescimento da receita é atribuído substancialmente pelo crescimento orgânico na base de hospitais já existentes, aumento na taxa de ocupação, *run rate* dos hospitais adquiridos em 2021 e aquisições ao longo de 2022: H. São Francisco (DF), H. Encore (GO), e as clínicas de SADT, por meio da crescente performance de análises clínicas, radiologia e infusões oncológicas.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$487,946 milhões comparativamente a R\$322,700 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$165,245 milhões ou 51,2%. O aumento no lucro bruto é atribuído substancialmente ao crescimento de receita líquida de contratos com clientes, parcialmente compensado pela redução da margem bruta no período, que por sua vez foi impactada pelo crescimento dos custos de serviços de terceiros, ocasionado pelo *ramp-up* dos hospitais recém adquiridos e aos investimentos na contratação de novas especialidades médicas.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$224,672 milhões comparativamente a R\$175,478 milhões no exercício de 2021, o que representou um acréscimo de despesas de R\$49,194 milhões ou 28,0%. As despesas gerais e administrativas representaram 11,0% e 13,9% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao impactadas pelo efeito não-caixa de R\$34,1 milhões, referente ao plano de remuneração baseado em ações.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram positivas em R\$4,617 milhões comparativamente ao valor negativo de R\$15,249 milhões no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$19,866 milhões. Outras receitas (despesas) representaram 0,2% e -1,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. A variação é atribuída principalmente ao aumento de “outras receitas operacionais” no período findo em 2022 de R\$17,488 milhões em relação ao mesmo período de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram negativas no valor de R\$360,227 milhões comparativamente a um resultado negativo de R\$129,978 milhões no exercício de 2021, o que representou uma variação negativa de R\$230,249 milhões ou 177,1%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -17,7% e 10,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído ao aumento no nível de endividamento da Companhia e do passivo de arrendamento, decorrente de novos contratos de aluguel de imóveis celebrados nas aquisições.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$89,719) milhões comparativamente a R\$2,834 milhões no exercício de 2021, o que representou uma variação negativa de R\$92,555 milhões. O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social representou -4,4% e 0,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. A redução de margem é atribuída ao aumento nas despesas não-caixa, com impacto de R\$34,1 milhões referente ao plano de remuneração baseado em ações, associado às maiores despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4,749 milhões comparativamente a R\$57,789 milhões no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$53,040 milhões. Imposto de renda e contribuição social representaram -0,2% e -4,6% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução, em valor absoluto, é atribuída a redução no lucro antes do imposto de renda e contribuição social do período.

Lucro (prejuízo) do exercício

O resultado líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi um prejuízo de R\$94,468 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$54,955 milhões no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$39,513 milhões. O lucro (prejuízo) do exercício representou -4,6% e -4,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento do prejuízo é atribuído ao efeito não-caixa de R\$34,1 milhões, referente ao plano de remuneração baseado em ações, associado às maiores despesas financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

| (em R\$ mil) | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 281.355 | 14.492 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (442.011) | (1.747.145) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | 543.220 | 1.948.849 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 382.564 | 216.196 |

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$281,355 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$14,492 em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$266,863 milhões. O crescimento na geração de caixa operacional é explicado pela celebração de cessão de recebíveis oriundos de serviços hospitalares prestados a clientes no valor de R\$410,941 milhões em dezembro de 2022.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou -R\$442,011 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a -R\$1,747,145 em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$1,305,134 ou -74,7%. A Diretoria da Companhia entende que esse consumo de caixa se deve, principalmente aos hospitais e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (SADTs) adquiridos ao longo de 2022.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$543,220 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$1,948,849 em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de -R\$1,405,629 milhões ou -72,1%. A Diretoria da Companhia entende que essa redução se deve, principalmente, pelo ano de 2021 ter se beneficiado pela abertura de capital da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, e conseqüentemente de suas operações nos períodos de três meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, correspondeu à participação societária em sociedades não financeiras. Por meio do controle de unidades hospitalares, a Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços hospitalares de excelência, concentrados, principalmente, no Estado do Espírito Santo, no Estado do Mato Grosso, Ceará, Goiânia, Tocantins, e nas cidades satélites do Distrito Federal.

Os componentes relevantes de receita da Companhia e suas controladas correspondem aos recursos gerados por meio de atividades de prestação de serviços médicos de excelência nas áreas de (i) atendimento hospitalar, (ii) atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, (iii) laboratórios clínicos, (iv) serviços de tomografia, (v) serviços de ressonância, (vi) serviços de diagnóstico por imagem, (vii) serviços de bancos de células e tecidos humanos, (viii) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica, (ix) atividades de enfermagem, (x) serviços e procedimentos oncológicos, entre outros.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, descontos, abatimentos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. Além da receita operacional, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Os diretores da Companhia entendem que a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é diretamente afetada por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando, (i) à negociação de reajustes de tabela com as fontes pagadoras, (ii) às práticas de seus concorrentes, e (iii) à satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

Ainda, as operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, sendo assim, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo, além de ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como a inflação, movimentos cambiais, políticas de controle cambial, flutuação de taxas de juros, liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros, expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto (PIB), alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte, aumento do preço de petróleo e outros insumos, instabilidade dos preços, políticas tributárias e outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o país.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia entende que as variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são provenientes principalmente da estratégia de crescimento inorgânico, aumento do número de leitos (brownfields), do aumento do número de pacientes dia e da aquisição de novos hospitais.

A receita da Companhia também sofreu impacto de preços principalmente através da renegociação das tabelas por inflação mais um spread que é definido caso a caso. A Companhia não possui fluxo de receitas em moeda estrangeira, portanto não houve impacto cambial.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os principais custos e despesas da Companhia são: (i) pessoal e (ii) materiais e medicamentos.

Os custos e despesas com pessoal são reajustados com base no dissídio coletivo negociado com os sindicatos, sempre muito próximo ao índice de inflação (IPCA).

Os preços dos materiais e medicamentos oscilam caso a caso, dependendo do insumo e do fornecedor. Nos últimos três exercícios a Companhia observou um aumento de preço médio em linha com a inflação. O restante do crescimento ocorreu por aumento de volume, principalmente pelo forte crescimento da Companhia no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Na data deste Formulário de Referência, a totalidade dos negócios da Companhia é desenvolvida no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. O cenário político e econômico brasileiro tem experimentado alta volatilidade e instabilidade, com tímido crescimento, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar norte-americano, altas taxas de desemprego e baixos índices de confiança e gasto pelos consumidores, o que gera falta de previsibilidade nos índices de inflação, que impactam adversamente os reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

A Companhia também está exposta a riscos associados a taxas de juros, notadamente com relação às despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. A inflação afeta a liquidez financeira e as fontes de recursos financeiros da Companhia, principalmente em razão de expor a Companhia ao risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa resultante dos empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas flutuantes. Adicionalmente, empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo, na medida em que o valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures varia em razão das variações das taxas de juros praticadas no mercado. Taxas de juros elevadas também podem impactar as despesas com captação e com endividamento da Companhia, resultando em aumento das despesas financeiras da Companhia. Tal aumento pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações pecuniárias na medida em que reduz suas disponibilidades. Descompassos entre as taxas contratadas para os ativos e as contratadas para passivos e/ou elevada volatilidade nas taxas de juros podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Os diretores devem comentar:

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2019 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem simplificada, ou seja, passou a mensurar seus ativos de direito de uso e passivo de arrendamento apenas para o exercício de 2019. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 9 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2019 da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A adoção do CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não contém ressalvas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, direta ou indiretamente adquiriu:

(i) Serviços Hospitalares Yuge S.A. (Hospital São Francisco de Brasília - HSFB)

Em 31 de janeiro de 2022, ocorreu a aquisição do Serviços Hospitalares Yuge S.A. ("HSFB"), com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de novembro de 2021. A Companhia adquiriu 100% do capital social do HSFB. Essa empresa tem como principal objetivo a prestação de serviços hospitalares e está localizada na cidade de Brasília-DF;

(ii) Instituto de Radioterapia de Taguatinga (IRT)

Em 08 de abril de 2022, ocorreu a aquisição do Instituto de Radioterapia de Taguatinga. ("IRT"), com base no balanço patrimonial encerrado em 28 de fevereiro de 2022. A Companhia adquiriu 100% do capital social do IRT. Essa empresa tem como principal objetivo a prestação de serviços de radioterapia e está localizada na cidade de Brasília-DF;

(iii) Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda. (IDE)

Em 01 de abril de 2022, ocorreu a aquisição do Instituto de Diagnósticos Especializados. ("IDE"), com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de março de 2022. A Companhia adquiriu 100% do capital social do IDE. Essa empresa tem como principal objetivo a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e está localizada na cidade de Serra – ES;

(iv) Gastroclínica Diagnóstico por Imagem Ltda. (GDI)

Em 01 de agosto de 2022, ocorreu a aquisição da Gastroclínica Diagnóstico por Imagem Ltda. ("GDI"), pela Otoimagem Diagnósticos S.A. ("Otoimagem"), com balanço patrimonial encerrado em 31 de julho

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

de 2022. A Otoimagem adquiriu 89% do capital social da GDI. Essa empresa é uma clínica especializada em diagnósticos por imagem que oferece exames de tomografia, mamografia, ultrassonografia, entre outros e que está localizada no mesmo complexo do Hospital Gastroclínica, em Fortaleza, Ceará; e

(v) Centro de Cardiologia e Radiologia Intervencionista Ltda. (CCRI)

Em 01 de setembro de 2022, ocorreu a aquisição do Centro de Cardiologia e Radiologia Intervencionista Ltda. ("CCRI"), pela Ilha do Boi Participações Ltda., com balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 2022. A Companhia adquiriu 100% do capital social do CCRI. O CCRI é o controlador do Hospital Encore Ltda. ("Hospital Encore"), localizado em Aparecida de Goiânia, região metropolitana de Goiânia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, direta ou indiretamente:

(i) Adquiriu 100% do capital social da DKP Anchieta Holding Saúde Ltda, única e exclusiva titular das quotas do Hospital Anchieta, em Brasília-DF. O Hospital Anchieta foi inaugurado em 1995 e é considerado um dos maiores e mais reconhecidos hospitais do Distrito Federal e do Centro-Oeste. Foi o primeiro Hospital da América Latina a conquistar o Selo de Qualidade ISO 9001:2000;

(ii) Adquiriu a Clínica Digestiva Dr. Edgard Nadra Ary Ltda. ("Hospital Gastroclínica"). Inaugurado há mais de 40 anos, o Hospital Gastroclínica é um dos hospitais mais tradicionais da cidade de Fortaleza e referência no Ceará;

(iii) Adquiriu o Hospital São Mateus, localizado em Fortaleza - CE. O Hospital São Mateus foi fundado em 1993 e é reconhecido por oferecer serviços de alta complexidade. A partir da aquisição de dois hospitais em Fortaleza – CE, a Kora torna-se consolidada na região e evidencia o plano de expansão nacional;

(iv) Adquiriu o Grupo OTO Saúde. O Grupo OTO é formado por uma das maiores rede hospitalares no Ceará e está presente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Messejana. Com esta aquisição, a Kora torna-se o maior grupo hospitalar no Ceará.

(v) Adquiriu 99,40% do capital social do Instituto de Neurologia de Goiânia Ltda. e 95,58% da participação societária da Angiocardis – Diagnósticos e Terapêutica Ltda. O Instituto Neurológico de Goiânia Ltda. foi fundado em 1975 e é referência nacional em tratamentos neurológicos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, direta ou indiretamente:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(i) Adquiriu 75% do capital social do Hospital Palmas Medical S.A., pelo valor de R\$39,600 milhões, que tem como principal objetivo a prestação de serviços hospitalares e está localizado na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.

(ii) Adquiriu (i) 100% do capital social da UTI Santa Thereza Ltda, por R\$7,113 milhões e (ii) 100% do capital social da Sociedade Hospital Santa Thereza Ltda., por R\$29,176 milhões, ambas no município de Palmas, capital do estado do Tocantins.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia ou nos seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia apresentou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

| (R\$ mil, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|------------------------|---|---------|---------|
| | 2022 | 2021 | 2020 |
| EBITDA | 394.577 | 206.081 | 107.123 |
| Margem EBITDA | 19,3% | 16,3% | 17,5% |
| EBITDA Ajustado | 463.651 | 309.897 | 128.674 |
| Margem EBITDA Ajustado | 22,7% | 24,60% | 21,00% |
| Lucro Líquido Ajustado | 56.047 | 50.684 | 34.296 |
| FCO Ajustado | 614.161 | 234.417 | 81.599 |
| Conversão de EBITDA | 132,5% | 75,6% | 63,4% |

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156/22.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia

2.5 Medições não contábeis

pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/22.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes, incluindo, mas não se limitando a (i) custos com combinações de negócios, (ii) despesas relacionadas ao combate à pandemia do COVID-19, (iii) despesas com partes relacionadas, (iv) despesas relacionadas ao *Stock-Option* e (v) outras despesas não recorrentes. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens não recorrentes. A margem EBITDA ajustada é calculada pela divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e corresponde ao Lucro Líquido do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes e despesas não-caixa referentes ao plano de remuneração baseado em ações, incluindo, mas não se limitando a (i) amortização da mais-valia, líquidos da parcela dedutível de impostos IR/CS, (ii) IR/CS diferidos (iii) plano de remuneração baseado em ações (efeito não-caixa) líquidos da parcela dedutível de impostos IR/CS. (iv) Outros itens não recorrentes, conforme ajustes no EBITDA ajustado.

FCO Ajustado

FCO Ajustado, ou fluxo de caixa operacional ajustado, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais do exercício ou do período, conforme o caso, calculado pelo caixa líquido gerado nas atividades operacionais ajustado pelo pagamento de juros e imposto de renda e contribuição social e acrescido por (i) custos com combinações de negócios, (ii) despesas relacionadas ao combate à pandemia do COVID- 19, (iii) despesas com partes relacionadas, (iv) despesas relacionadas ao *Stock-Option* e (v) outras despesas não recorrentes. O FCO Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o FCO Ajustado para avaliar o desempenho financeiro das suas atividades operacionais excluindo efeitos não operacionais e/ou não recorrentes.

2.5 Medições não contábeis

Conversão de EBITDA

Conversão de EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde, em termos percentuais, ao resultado da divisão do (i) FCO Ajustado do exercício pelo (ii) EBITDA Ajustado. A Conversão de EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Conversão de EBITDA elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza a Conversão de EBITDA para avaliar a capacidade de conversão em caixa do seu resultado operacional.

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

| (milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2020 |
| Resultado líquido do exercício | -94.469 | -54.955 | 17.540 |
| (+) IRPJ/CSSL corrente e diferido | 360.227 | 129.978 | 46.812 |
| (+) Resultado financeiro, líquido | 124.070 | 73.269 | 27.989 |
| (+) Depreciação e amortização | 4.749 | 57.789 | 14.782 |
| EBITDA | 394.577 | 206.081 | 107.123 |
| Receita operacional líquida | 2.046.729 | 1.261.856 | 612.287 |
| Margem EBITDA | 19,3% | 16,3% | 17,5% |

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA é mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque [mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são métricas de rentabilidade operacional apresentadas como uma porcentagem da receita líquida de suas vendas. Ela é calculada através da

2.5 Medições não contábeis

divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado, conforme o caso, pela receita líquida de uma companhia. Podemos dizer que o resultado de margem desse indicador pode fornecer uma visão acerca da lucratividade operacional do seu negócio. O cálculo dessa margem permite ao mercado comparar e contrastar empresas de diferentes tamanhos e modos de operar dentro de uma mesma indústria. Esse indicador implica estimar o quanto resultado operacional é gerado por cada real de receita arrecadado com as vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos do lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes que constaram das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

| | 2022 |
|--|---|
| Regras sobre retenção de lucros | Os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A. o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: 5% do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A. Ademais, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das S.A. |
| Regras sobre distribuição de dividendos | O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A. Esse dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. |
| Periodicidade das distribuições de dividendos | A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro |

2.7 Destinação de resultados

| | 2022 |
|---|---|
| | apurado nesses balanços. Ainda, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais, levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A., distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral, e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. |
| Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. |
| Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado | A Companhia possui uma política de destinação de resultados, que foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião datada de 19 de fevereiro de 2022. A política de destinação de resultados encontra-se divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: http://ri.korasaude.com.br/ . |

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos*

A Companhia está ativamente buscando oportunidades de aquisições estratégicas de hospitais e outras unidades de saúde como clínicas oncológicas, unidades de diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas, por exemplo, para expandir sua rede própria nas cidades onde já atua e em novas geografias.

A Companhia enxerga diversas oportunidades de expansão de sua estrutura atual, seja por meio de ampliações das unidades já existentes, seja pelo desenvolvimento de unidades novas nas geografias em que está presente. Também fazem parte do planejamento de investimentos, clínicas de atendimento avançado, que funcionarão para captar novos pacientes e prover serviços de atendimento primário, gerando maior fluxo para os hospitais da Companhia e fortalecendo sua marca junto à população local. Por fim, serão feitos investimentos em equipamentos de alta tecnologia, para manter o alto padrão de qualidade de nossos hospitais e reforçar nosso posicionamento junto ao corpo clínico como prestador de serviço de referência.

Aquisições de hospitais e demais estabelecimentos de saúde em mercados selecionados também são uma parte essencial da estratégia de crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Companhia busca hospitais e demais estabelecimentos de saúde que complementem suas operações nas regiões em que opera.

Para informações sobre os principais investimentos já realizados, veja o capítulo 1 deste Formulário de Referência. As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Para mais informações sobre os riscos a que a Companhia está sujeita com relação à sua estratégia de crescimento por aquisições, veja o item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ao longo dos próximos exercícios, a Companhia deverá seguir investindo na expansão da sua estrutura e no desenvolvimento, permitindo o crescimento continuado de forma orgânica e por meio de aquisições.

2.10 Planos de negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia está estudando fazer uma operação de *sale-leaseback* de seus imóveis.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

2.10 Planos de negócios

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

O compromisso com a vida está presente em todas as ações da Kora Saúde, sempre com um tratamento humanizado, respeitando e valorizando as pessoas. Para evidenciar o nosso compromisso, a Kora já publicou o seu primeiro relatório de sustentabilidade, integrando as informações financeiras aos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Na frente ambiental, destacamos que por meio de uma gestão residual, energética e de água, a Kora garante uma boa administração da utilização desses recursos, de forma a utilizá-los de maneira racional, visando a sustentabilidade. Um exemplo dessa gestão, é o Hospital Anchieta. Essa unidade é a primeira da rede Kora que é abastecida inteiramente por energia solar.

Na frente social, destacamos temos o compromisso com a vida em todas as nossas esferas de relacionamento, atuando através de um tratamento humanizado e respeitando a diversidade de pessoas. Realizamos projetos sociais próprios que beneficiam as comunidades onde estamos e apoiamos outras ações sociais fora do nosso raio de atividade.

Na frente de governança, adotamos a ética e a integridade como fundamentos em todas as nossas relações, com cumprimento de padrões morais, respeito aos direitos humanos e à diversidade. A estrutura de governança da Kora Saúde é pautada pela ética e o combate à corrupção, ajudando a mitigar riscos e garantindo uma operação responsável e justa.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a propagação da pandemia da COVID-19, que afetou as atividades econômicas e trouxe riscos à saúde pública em escala global. A determinação do isolamento social e a recomendação de suspensão das cirurgias eletivas levaram ao esvaziamento dos consultórios e centros cirúrgicos. A redução na realização de procedimentos eletivos aumentou a disponibilidade de leitos da Companhia, que foram utilizados no amplo e irrestrito tratamento aos pacientes infectados com a COVID-19.

Ao longo do exercício social de 2020, a Companhia observou um forte aumento dos custos associados a materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs), frente ao aumento de preços causado pela pandemia. Outro grande desafio enfrentado foi o alto número de afastamentos de colaboradores do exercício de suas funções, acometidos pela COVID-19, o que gerou custos adicionais para a manutenção da escala e da assistência adequada aos pacientes.

O ano de 2021 e o início de 2022, continuaram sendo marcados pelos impactos da pandemia, embora tenham ocorrido avanços significativos na vacinação em todo o mundo. Ao longo de 2022, nossas operações apresentaram normalização gradual, em linha com o ritmo de vacinação no país.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de abril de 2021 (“Política de Gerenciamento de Riscos”) e cuja aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Compliance.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultado sem nosso website de relações com investidores: <http://ri.korasaude.com.br/>

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, bem como do adequado cumprimento pelos Colaboradores da Companhia e Terceiros das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, em conformidade com seu Código de Ética e Conduta, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

A Política deve ser considerada em conjunto com os demais padrões, normas e procedimentos aplicáveis adotados pela Companhia. Os detalhamentos dos conceitos abordados na referida Política estão documentados no <http://ri.korasaude.com.br/>.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

(a) Risco Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;

(b) Risco Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e decorrem de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Podem se manifestar de diversas maneiras como, por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

(c) Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não, perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;

(d) Risco Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;

(e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas e perda de reputação e má formalização de operações (por exemplo, com órgãos reguladores, operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos ou lavagem de dinheiro;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(f) Risco Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio- ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e Compliance, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de Compliance desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

(a) Risco Estratégico: todo final de exercício, a Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto. Para suporte à execução da estratégia, a Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados para as pessoas chave de sua administração com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do negócio da Companhia em cada exercício social. Há reuniões periódicas de avaliação de resultados onde são discutidos indicadores de desempenho relacionados às metas e definidos planos de ação para correção do curso das operações em rumo ao cumprimento das metas;

(b) Risco Operacional: a Companhia possui auditoria interna que, no decorrer do exercício, efetua testes nos controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções das auditorias está julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, os auditores recomendam melhorias que são validadas pelo Comitê de Auditoria e Compliance e implementadas pelos gestores dos processos. A equipe de auditoria interna acompanha o andamento dos planos de ação para correção das falhas nos controles até a sua conclusão, e se reporta ao Comitê de Auditoria e Compliance ou diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, há acompanhamento mensal de indicadores de desempenho dos processos organizacionais nas reuniões mensais de resultado. Para indicadores com desempenho insatisfatório, são criados planos de ação para correção das situações identificadas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

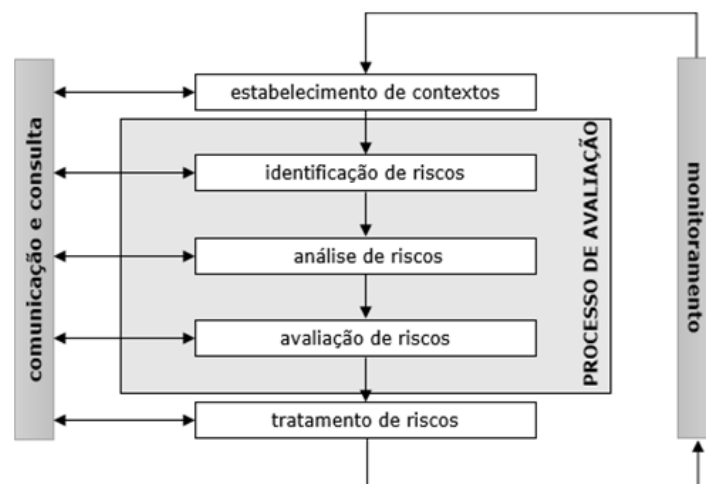
(c) Risco de Imagem: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores terceirizados de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia e planejamento para endereçamento das questões suscitadas;

(d) Risco Financeiro: o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Além disso, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro;

(e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e adequações necessárias;

(f) Risco Socioambiental: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados dos efeitos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia, em especial projetos *greenfield* e *brownfield* desenvolvidos pela Companhia, no meio ambiente e na sociedade.

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no “ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:

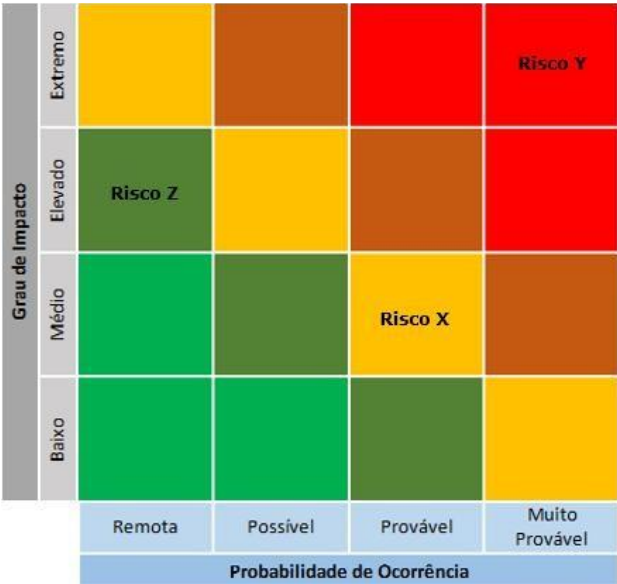


Processo de Avaliação:

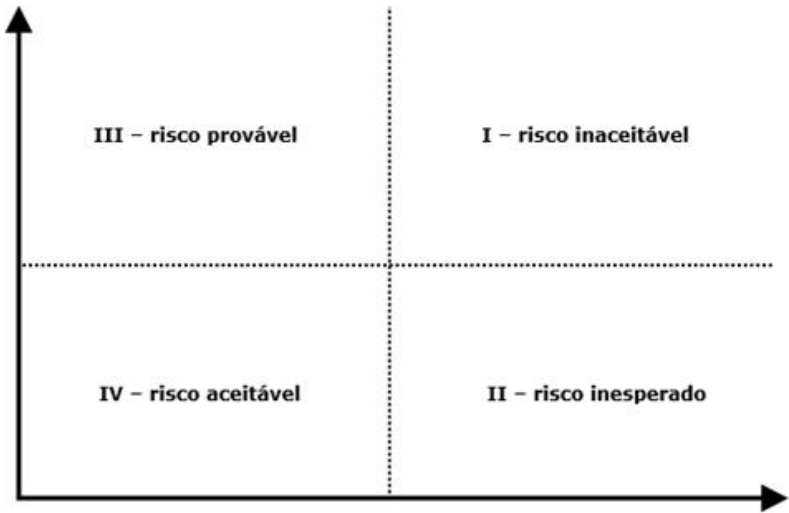
A avaliação dos riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

(a) identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



- (b) análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz de risco abaixo:
- (c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:



- I - Risco Inaceitável:** Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
- II - Risco Inesperado:** Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

III - Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

IV - Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Tratamento

Após a avaliação, os Riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (i) eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência à terceiros.

Comunicação e Consulta

A comunicação dentro da estrutura de governança, deverá proporcionar as informações necessárias para que o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e Compliance e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance exerçam suas responsabilidades e atividades na Gestão de Riscos.

A comunicação deve ser focada no desenvolvimento de uma compreensão clara e oportuna dos Riscos da Companhia.

A frequência e o nível de detalhamento das comunicações entre o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Compliance e entre a Diretoria e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance devem ser suficientes para permitir o entendimento dos resultados das avaliações e seus impactos, bem como a reação em tempo hábil às indicações de eficácia.

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias necessárias nos processos de gerenciamento de riscos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item (iii) abaixo.

Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance é o responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos por esta Política, em conformidade com as boas práticas, com o apoio e suporte da MCGC Consultoria em Governança Corporativa Ltda. ("MCGC").

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance não deve atuar em funções ou em qualquer atividade que limite a sua independência.

Cabe ao Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance encaminhar à Diretoria da Companhia, as conclusões dos testes de controles internos efetuados pela MCGC, as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento e planos de ação, quando for o caso, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico para saná-las.

Neste sentido, são obrigações do Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, em conjunto com a MCGC, buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a:

- (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;
- (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de Compliance;
- (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizem treinamentos necessários;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;

(f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras;

(g) conduzir exames de Compliance regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de Compliance;

(h) conduzir investigações internas, quando necessário;

(i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação; e

(j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou requisito legal por um colaborador, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance deverá informar o Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Compliance tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de compliance e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

A Companhia busca assegurar que as decisões sejam tomadas pelo Comitê de Auditoria e Compliance de maneira autônoma, tendo total discricionariedade no âmbito da sua área de atuação, inclusive para a apuração de eventuais descumprimentos às normas internas de conduta e legislação.

Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação da Companhia é responsável por revisar as Diretrizes da Política de Segurança da Informação e sempre que houver necessidade de discussão e revisão dessas diretrizes, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance deve ser consultado.

A Companhia entende que deve garantir que as informações geradas, armazenadas, processadas e disponibilizadas pela Companhia sejam confiáveis e seguras.

Deve-se analisar o risco para toda liberação de acesso lógico, a funcionários e Terceiros, sendo o mesmo liberado somente a ambientes necessários à execução do trabalho. Periodicamente, este tipo de acesso deve ser auditado, verificando se o acesso concedido está de acordo com as necessidades da atribuição.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável por manter a Política de Segurança da Informação atualizada e, poderá a qualquer momento, e sem aviso prévio, verificar o conteúdo dos arquivos disponíveis no diretório interno e dos e-mails enviados e recebidos pelos profissionais da Companhia, sem que isto configure quebra de sigilo, com vistas ao cumprimento das normas de Compliance. Para que isso ocorra no que tange ao sigilo das informações produzidas ou recebidas pela Companhia, todos os colaboradores devem seguir firmemente os princípios abaixo:

(a) estar ciente de que as informações processadas, mantidas ou registradas em áreas de acesso restrito não podem ser transferidas ou transmitidas, por qualquer meio, a Terceiros ou Colaboradores de outras áreas da Companhia, independentemente de seu nível hierárquico, comprometendo-se a manter sigilo absoluto sobre elas e restringir o seu uso às estritas necessidades das funções que exerce;

(b) ser responsável pela guarda dos documentos relativos às suas atividades, certificando-se de que documentos confidenciais não permaneçam expostos, sendo ao final do expediente trancados devidamente armazenados em gavetas e arquivos;

(c) ter ciência de que as senhas de acesso à rede, bem como as senhas de acesso aos diversos sistemas utilizados na Companhia, são pessoais e intransferíveis, devendo ser mantidas em estrito sigilo;

(d) comprometer-se a não acessar informações para as quais não tenha sido autorizado, ou que não estejam relacionadas às suas atividades profissionais;

(e) não efetuar qualquer comentário ou revelação a outros Colaboradores ou a Terceiros sobre informações confidenciais, inclusive conversas de negócios em locais públicos, devendo restringi-las ao contexto de suas práticas profissionais; e

(f) estar ciente que os e-mails enviados e recebidos por todos os Colaboradores da Companhia em ambiente interno e externo podem em eventual necessidade ser acessados para fins de controles internos.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

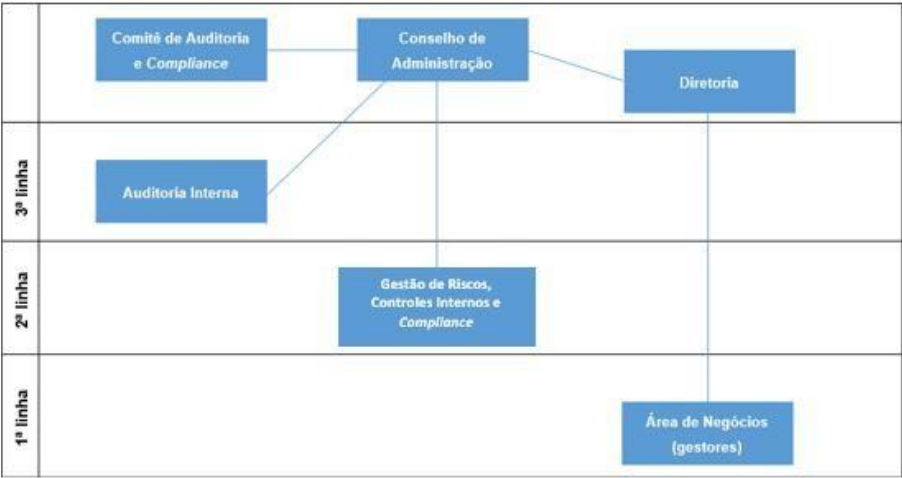
As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e Compliance, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e a auditoria interna, podem não estar plenamente

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de Compliance desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito neste item e estrutura hierárquica apresentada abaixo:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- (a) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões;
- (b) determinar o Limite (ou apetite) por Risco e aprovar a Matriz/Modelagem de Risco, conforme proposta apresentada pela Diretoria, estabelecendo a cultura de Gestão do Risco dentro da Companhia;
- (c) tomar as principais decisões com relação ao processo de Gestão de Riscos da Companhia, incluindo as que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia, bem como fornecer à Diretoria, sempre que necessário, sua percepção quanto ao grau de exposição a Riscos, influenciando na priorização dos Riscos a serem tratados;
- (d) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e Compliance; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(e) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Compliance.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

(a) elaborar, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, as diretrizes e a Matriz/Modelagem de Risco, propondo ainda os limites de exposição, impactos, e os limites (ou apetite) aos Riscos da Companhia;

(b) definir, em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(c) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(d) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão de Riscos, disseminando a cultura da gestão de Riscos em toda Companhia.

Comitê Estatutário de Auditoria e Compliance

O Comitê de Auditoria e Compliance é responsável por:

(a) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;

(b) promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;

(c) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

(d) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (a) sua independência, (b) a qualidade dos serviços prestados e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

(e) supervisionar o planejamento e a implementação de iniciativas da área de Auditoria Interna, bem como a instalação e as atividades da área de Auditoria Interna da Companhia (ou a contratação de auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função), monitorando e avaliando a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

(f) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia;

(g) analisar e revisar os relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões trimestralmente ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia;

(h) monitorar a criação de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possa influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;

(i) monitorar o cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;

(j) monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais, e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças em reunião da Diretoria para definição de plano de ação; e

(k) monitorar os efeitos jurídicos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia relacionados aos riscos socioambientais nas atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de impactos negativos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação.

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria, são responsáveis por:

(a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;

(b) comunicar, tempestivamente, à área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos; e

(d) em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

A área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para o Conselho de Administração, é responsável por:

(a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;

(b) avaliar, ao menos uma vez ao ano, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o regular desempenho de suas atribuições;

(c) administrar o sistema de gerenciamento de Risco, monitorando a execução dos planos de ação definidos pela Diretoria;

(d) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(e) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(f) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(g) auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta quanto às diretrizes, à Matriz/Modelagem de Risco, aos limites de exposição, os impactos e o Limite (ou apetite) aos Riscos da Companhia;

(h) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria;

(i) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;

(l) implantar o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como, realizar a fiscalização do cumprimento das disposições de tal código, prestando esclarecimentos aos Colaboradores sempre que necessário, e promovendo atividades para divulgação e treinamento dos Colaboradores;

(m) elaborar as políticas e normas de conduta e anticorrupção para os Colaboradores, fornecedores e clientes, atuando ativamente na sua divulgação e conscientização junto aos respectivos públicos;

(n) avaliar e auxiliar os Colaboradores na identificação de situações que representem ou aparentem representar um conflito de interesses;

(o) auxiliar as demais áreas da Companhia na celebração de contratos com fornecedores;

(p) receber denúncias encaminhadas e instaurar e conduzir processos de investigação independente para sua apuração;

(q) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;

(r) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários e verificar regularmente o conhecimento por meio de exames de compliance;

(s) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;

(t) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; e

(u) conduzir investigações internas, quando necessário.

Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

(b) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos e controles internos da Companhia, sugerindo alterações à Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, quando necessário;

(c) identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controles internos, riscos e compliance da Companhia;

(d) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(e) analisar os relatórios trimestrais produzidos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance; e apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado.

As atividades da área de Auditoria Interna poderão ser desempenhadas por auditor independente registrado na CVM contratado pela Companhia nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Área de Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por:

(a) acompanhar periodicamente a integridade do sistema de gravações telefônicas;

(b) monitorar o procedimento de backup, sua execução e guarda;

(c) efetuar a manutenção dos servidores e acompanhamento da capacidade dos mesmos

(d) implementar melhorias nos sistemas; e

(e) administrar acesso aos sistemas, e-mails etc.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial o Comitê de Auditoria e Compliance e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas, maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuímos uma estrutura de controles internos alinhados à nossa estrutura organizacional, descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência. Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, adotamos diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras. Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Além da controladoria, que é o departamento responsável pela elaboração, consolidação e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, são responsáveis pelo gerenciamento de riscos corporativos e controles internos: (i) o Conselho de Administração; (ii) o Comitê de Auditoria e Compliance; (iii) e a auditoria interna. A estrutura para elaboração de demonstrações financeiras bem como as estruturas de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e Compliance e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os seus respectivos fluxos operacionais, estabelecendo a sua respectiva atribuição, limite de competência e responsabilidade. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (Diretores ou Gerentes) e pelos Gerentes de Auditoria Interna e de Controladoria. Esses colaboradores reportam qualquer anormalidade ao Comitê de Auditoria e Compliance e/ou à Diretoria de Relações com Investidores da nossa Companhia que, quando entender necessário, reporta ao Conselho de Administração. Adicionalmente, cabe à Diretoria de Relações com Investidores informar o mercado sobre quaisquer alterações sobre as atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e compliance, nos termos da regulamentação aplicável. Ainda, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência. Ademais, todos os colaboradores devem cumprir as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, bem como zelar para seu cumprimento e conhecimento, não sendo tolerado o seu descumprimento. Por fim, é obrigação de todos informar os riscos detectados podendo ser tal assunto remetido diretamente ao Conselho de Administração.

A administração da Companhia entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria é apropriado nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram identificadas deficiências significativas durante a preparação das demonstrações financeiras, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis.

Dentre as deficiências identificadas, as seguintes deficiências significativas foram identificadas:

(i) Como rotina de fechamento contábil, faz-se necessária a utilização de lançamentos contábeis manuais, especialmente em temas como impostos e provisões. O Grupo Kora não possui aprovação formal dos lançamentos manuais efetuados, o que pode gerar risco de lançamentos indevidos, seja por erro ou fraude.

5.2 Descrição dos controles internos

(ii) A companhia não possui uma matriz de riscos com base em funções e/ou perfis de funcionalidades para os sistemas, utilizada para auxiliar os processos de concessão, transferência e revisão de acessos, gerando subsídios para evitar conflitos de funções sistêmicas ou identificar conflitos que requerem a definição de controles compensatórios.

(iii) Foi identificado que não existe monitoramento periódico de revisão dos acessos no Grupo Kora;

(iv) A depreciação dos itens do Grupo Kora é conforme a taxa fiscal da Receita Federal. Não há um estudo da vida útil dos bens.

Diante deste cenário, os auditores independentes recomendaram:

(i) Criação de rotina de aprovação para lançamentos contábeis, onde devem contar temas como: quem pode fazer e aprovar lançamentos manuais, limites de alçada de aprovação, controles para verificação da totalidade dos lançamentos manuais efetuados, dentre outros.

(ii) Elaboração de uma matriz de risco, com base em funções e/ou perfis, na qual nenhum indivíduo controle todos os aspectos principais de uma transação, evento ou ambiente. Dessa forma, os perfis dos usuários guardaram uma segregação de responsabilidades, de modo que os usuários recebam o menor nível de privilégio de acesso necessário para a execução de suas atividades e funções.

(iii) Criação de procedimentos periódicos de revisão de acessos aos usuários, de modo a identificar se os acessos são válidos e devidos.

(iv) Realizar um estudo da vida útil de cada classe do ativo imobilizado com o objetivo de gerar valores íntegros.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência do relatório do auditor independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2022 e possui os seguintes comentários com relação às deficiências consideradas como significativas. Em resposta aos pontos identificados, foram iniciadas frentes de trabalho visando o reforço dos controles de sistemas e a melhoria dos controles do processo de elaboração de demonstrações financeiras em IFRS para atuação direta na correção dos pontos.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Conduta e demais políticas relacionadas.

Temos como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável na Companhia. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os colaboradores e terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o mesmo grupo econômico que a Companhia.

O nosso Código de Conduta reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

5.3 Programa de integridade

Nosso Código de Conduta também contém regras sobre imagem profissional dos colaboradores, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, sistemas e informação corporativa, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Segundo nosso Código de Conduta, os colaboradores e terceiros devem observar e manter em seus negócios os melhores critérios de conduta profissional, em total respeito à legislação, regulamentação e ética das relações comerciais e dentre os princípios gerais de conduta, devem:

- Exercer suas atividades com boa fé, transparência, diligência e lealdade em relação aos seus clientes, aos participantes do mercado e o público em geral;
- Cumprir todas as suas obrigações e empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas;
- Atuar sempre em defesa dos interesses da Companhia, mantendo sigilo sobre os negócios, operações e informações relevantes, informações confidenciais e privilegiadas a que tenham acesso, excetuadas as hipóteses em que a sua divulgação seja exigida por lei ou tenha sido expressamente autorizada;
- Denunciar tentativas de suborno, sabotagem, corrupção ou qualquer outro tipo de atitude antiéticas, ilegais ou desleais de que venha a tomar conhecimento ou ser vítima;
- Reconhecer os erros e/ou falhas cometidos e comunicar imediatamente ao superior imediato o qual deverá tomar todas as medidas necessárias para inibir, ou minimizar, as consequências e efeitos negativos do erro e/ou falha;
- Questionar as orientações contrárias aos princípios e valores expressos ou imanentes do Código de Conduta;
- Apresentar críticas e/ou sugestões visando a aprimorar a qualidade do trabalho, bem como otimizar os resultados da Companhia;
- Responder, perante as entidades reguladoras competentes, pelas atividades desenvolvidas;
- Exercer as atividades exclusivamente para a Companhia, assim consideradas aquelas relacionadas ao seu objeto social;
- Recusar-se a exercer atividades que dependam de autorização específica; e

5.3 Programa de integridade

- Manter e promover a reputação da Companhia, dentro e fora do seu local e horário de trabalho, cumprindo integralmente as leis e ao Código de Conduta Ética e demais requisitos regulatórios aplicáveis.

Ainda, temos uma série de políticas internas próprias contendo regras sobre anticorrupção, brindes, presente e cortesias, treinamentos, relacionamento com agentes públicos, segurança da informação, *background check* e *due diligence* de terceiros.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <https://ri.korasaude.com.br/.com.br>.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Auditoria Não-Estatutário, a pessoa responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como nosso Canal de Denúncias.

O responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia é responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com as boas práticas.

São obrigações do responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a: (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido; (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de compliance; (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários; (e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios; (f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; (g) conduzir exames de compliance regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de compliance; (h) conduzir investigações internas, quando necessário; (i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação; e (j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou requisito legal por um colaborador, o

5.3 Programa de integridade

responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance deverá informar ao Conselho de Administração da Companhia.

A nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de compliance e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, contamos com o Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

O Canal de Denúncias também pode ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta. Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Nosso Código de Conduta é aplicável a todos os colaboradores da Companhia e seu grupo econômico, bem como a todos os terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com o Companhia e seu grupo econômico, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade que se encontram. Para fins do nosso Código de Conduta são considerados: (i) “colaboradores”: estagiários, trainees, voluntários, menores aprendizes, funcionários, administradores e acionistas; e (ii) “terceiros”: fornecedores, prestadores de serviço, agentes públicos e clientes. A aplicação do Código de Conduta conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta, os colaboradores ou terceiros receberão as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do colaborador (ou rescisão de contrato com terceiro, se for o caso), sem prejuízo de

5.3 Programa de integridade

aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2021 e pode ser consultado no nosso website: <https://ri.korasaude.com.br>.

(b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias é interno, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima. Suspeitas de violação ao disposto no Código de Conduta e nas políticas internas devem ser comunicadas por meio dos canais de comunicação disponíveis na Companhia.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O acesso ao Canal de Denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes, pelo e-mail compliance@korasaude.com.br ou pelo telefone 0800 591 2643.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Código de Conduta estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Conduta.

5.3 Programa de integridade

(iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas pela nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

(c) *número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas*

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) *caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido*

Conforme detalhado neste item 5.3, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entende adequadas ao seu porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.